



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE PERNAMBUCO
Gabinete Des. Eduardo Augusto Paurá Peres

35
R
052

SEXTA CÂMARA CÍVEL

EMBARGOS DE DECLARAÇÃO Nº 0184220-4/01

EMBARGANTE: BANCO SANTANDER (BRASIL) S/A

EMBARGADA: KÁTIA NAZARÉ CÂMARA FRANÇA MACHADO E OUTRO

RELATOR: Des. Eduardo Augusto Paurá Peres

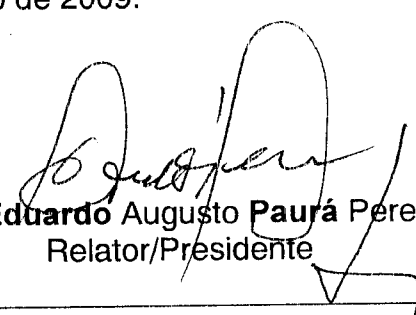
EMENTA: DIREITO PROCESSUAL CIVIL - EMBARGOS
DECLARATÓRIOS - OMISSÃO - INEXISTÊNCIA -
MATERIA SUFICIENTEMENTE APRECIADA -
REJEITADOS À UNANIMIDADE.

- Inexistente qualquer das hipóteses do art. 535 do CPC, uma vez que o aresto embargado examinou, fundamentadamente, as questões pertinentes debatidas nos autos, não prosperam os embargos de declaração opostos.

ACÓRDÃO

Vistos, relatados e discutidos estes autos dos Embargos Declaratórios nº 0173717-5/01, em que são partes as acima nominadas, ACORDAM os Desembargadores componentes da Sexta Câmara Cível deste Tribunal de Justiça, unanimemente, conheceram os embargos declaratórios, tão somente, para fins de prequestionamento, sendo os mesmos rejeitados, nos termos do voto do Des. Relator. Julgamento realizado em 20 de outubro de 2009.

Recife, 06 de novembro de 2009.


Des. **Eduardo Augusto Paurá Peres**
Relator/Presidente



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE PERNAMBUCO
Gabinete Des. Eduardo Augusto Paurá Peres

36
02

053

SEXTA CÂMARA CÍVEL

EMBARGOS DE DECLARAÇÃO Nº 0184220-4/01

EMBARGANTE: BANCO SANTANDER (BRASIL) S/A

EMBARGADA: KÁTIA NAZARÉ CÂMARA FRANÇA e OUTRO

RELATOR: Des. Eduardo Augusto Paurá Peres

RELATÓRIO

Cuida-se de embargos de declaração oferecidos pelo apelante contra o v. Acórdão de fls. 122/123 que negou provimento ao recurso interposto, por votação unânime.

Alega o embargante às fls. 02/06, que em face do disposto no art. 102, inciso III, art. 105, inciso III, ambos da Constituição Federal, dispõem sobre a necessidade do prequestionamento da matéria, para fins de interposição de recurso junto aos Tribunais Superiores.

Sustenta que há omissão no v. acórdão, uma vez que não houve pronunciamento sobre o art. 333, I, do Código de Processo Civil, posto que a obrigação em provar o fato constitutivo de seu direito é do embargado. Não dispõe sobre os artigos 269, IV CPC e art. 27 CDC que prever o prazo prescricional no que concerne a matéria discutida, como também da prescrição dos juros – art. 178, §10, III, cc/1916; art. 2028; art. 206, §3º, ambos do CC/2002 e dos juros moratórios – art. 219, CPC e art. 1536, §2º CC/1916.

Pugna pelo provimento dos aclaratórios, servindo o recurso para fins de prequestionamento.

É o relatório.

À votação.

Recife, 27 de *dezembro* de 2009.

Eduardo Augusto Paurá Peres
Des. Eduardo Augusto Paurá Peres
Relator



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE PERNAMBUCO
Gabinete Des. Eduardo Augusto Paurá Peres

34
02-
054

SEXTA CÂMARA CÍVEL

EMBARGOS DE DECLARAÇÃO Nº 0184220-4/01

EMBARGANTE: BANCO SANTANDER (BRASIL) S/A

EMBARGADA: KÁTIA NAZARÉ CÂMARA FRANÇA MACHADO e OUTRO

RELATOR: Des. Eduardo Augusto Paurá Peres

VOTO

Senhor Presidente,

Senhores (as) Desembargadores (as),

Senhor (a) Procurador (a),

Insurge-se o embargante contra o v. Acórdão elaborado às fls. 122/123 alegando que o mesmo encontra-se eivado dos vícios elencados no art. 53 do CPC.

O acórdão atacado assim decidiu:

“EMENTA: CADERNETA DE POUPANÇA. COBRANÇA DIFERENÇA DE RENDIMENTOS. PLANOS BRESSER VERÃO. AÇÃO JULGADA PROCEDENTE. INOCORRÊNCIA DE PRESCRIÇÃO. LEGITIMIDADE DE PARTE. NÃO OCORRÊNCIA DE QUITAÇÃO. PERTINÊNCIA D COBRANÇA DA CORREÇÃO MONETÁRIA DA CONT INDICADA. ATUALIZAÇÕES DE 26,06% PARA JUNHO D 1987 E 42,72% PARA JANEIRO DE 1989. CONTRATO D DEPÓSITO EM CADERNETA DE POUPANÇA QUE S RENOVA MÊS A MÊS. DIREITO ADQUIRIDO D POUPADOR À REMUNERAÇÃO VIGENTE NA DATA D INÍCIO DO PERÍODO MENSAL.

I – ILEGITIMIDADE PASSIVA – Contrato celebrado entre parte e a Instituição bancária, tendo, esta última, legitimidade para responder qualquer prejuízo na remuneração advindo do referido contrato, Planos Bresser e Verão.

Página
jnt

II – PRESCRIÇÃO - Não há que se falar em aplicação do art. 178, § 10º, III, do Código Civil antigo, vez que os juros e a correção monetária, nos casos de caderneta de poupança não são considerados como acessórios, mas sim como o principal, ao qual se agregam - Prescrição vintenária.

III – Plano "Bresser" - Contas com data de crédito na 1ª quinzena - índice correto = 26,06 (IPC de junho de 1989).

IV -Plano Verão - Contas com data de crédito na 1ª quinzena - índice correto = 42,72% (IPC de janeiro/89, devido em fevereiro/89). RECURSO NEGADO PROVIMENTO POR UNANIMIDADE."

Inexiste, no acórdão embargado, qualquer omissão, obscuridade ou contradição justificadora do acolhimento do presente embargos.

Com efeito, dispõe o art. 535 do CPC que:

"Cabem embargos de declaração quando: I – houver na sentença ou no acórdão, obscuridade ou contradição; II – for omitido ponto sobre o qual devia pronunciar-se o juiz ou o tribunal".

No presente caso, a decisão foi suficientemente fundamentada. O cerne da questão, que envolve a responsabilidade da instituição financeira em efetuar o pagamento dos expurgos inflacionários, decorrentes dos planos econômicos, restou devidamente apreciada e, portanto, realizada a prestação jurisdicional, não se cogitando de omissão ou violação aos preceitos legais invocados.

No mais, a necessidade de fundamentação não impõe que o magistrado refute ou acolha ponto por ponto as alegações das partes, mas apenas que demonstre as razões suficientes que embasaram sua decisão. A jurisprudência é pacífica nesse sentido, como já reconhecido pelo E. Superior Tribunal de Justiça:

"É entendimento assente de nossa jurisprudência que o órgão judicial, para expressar a sua convicção, não precisa aduzir comentários sobre todos os argumentos levantados pelas partes. Sua fundamentação pode ser sucinta, pronunciando-se acerca do motivo que, por si só, achou suficiente para a composição do litígio". (STJ – AI 169.073 – SP – Rel. Min. José Delgado, j. 04.06.1998, negaram provimento v.u., DJU

17.08.1998, p. 44) in CPCLPV – por Theotonio Negrão – Ed. Saraiva – 31ª edição – pág. 578.

Por fim, cumpre frisar que “Mesmo nos embargos de declaração com fim de prequestionamento, devem-se observar os lindes traçados no art. 535 do CPC (obscuridade, dúvida, contradição, omissão e, por construção pretoriana integrativa, a hipótese de erro material). Esse recurso não é meio hábil ao reexame da causa” (STJ, 1ª Turma, REsp. nº 13.843-0-SP, Rel. Min. Demócrito Reinaldo).

Com tais considerações, meu voto é pelo conhecimento dos embargos, *para fins de prequestionamento, não somente,* rejeitando-os, todavia, por entender inexistentes os vícios elencados pelo artigo 535 do CPC.

É COMO VOTO.

Recife, 20 de *dezembro* de 2009.

Des. **Eduardo Augusto Paurá** Peres
Relator